



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
05/04/2017

proposição
Medida Provisória nº 772, de 29 de março 2017.

autor
Deputado Raimundo Gomes de Matos

nº do prontuário

1 Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º A Lei 7.889, de 23 de novembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§5º As multas não qualificadas no §1º deste dispositivo serão aplicadas respeitando-se os seguintes parâmetros:

- a) para infrações leves, multa de dez a vinte por cento do valor máximo;
- b) para infrações moderadas, multa de vinte a quarenta por cento do valor máximo;
- c) para infrações graves, multa de quarenta a oitenta por cento do valor máximo; e
- d) para infrações gravíssimas, multa de oitenta a cem por cento do valor máximo;

§6º Os valores das multas previstas no §5º não poderão ultrapassar a 5% (cinco por cento) do faturamento anual do estabelecimento sob o SIF autuado.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento notório que a produção de alimentos é pulverizada por todos os estados brasileiros, onde coexistem diversas escalas de produção. Sabe-se

que há uma enorme quantidade de pequenos e médio produtores e agroindústrias, fato que torna necessário adequar os níveis de multas previstas na Medida Provisória nº 772, que por sua vez regulamenta a Lei nº 7.889/89, a patamares dotados de razoabilidade e proporcionalidade, para que os impactos oriundos da aplicação da lei sejam suficientes para inibir quaisquer tipos de inconformidades, de forma a não provocar a inviabilidade econômica dos empreendimentos produtivos e agroindustriais de alimentos.

PARLAMENTAR